

**RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO**  
**EXERCÍCIO 2014**



**OI S.A.**  
**Sucessora da TELEMAR NORTE LESTE S.A.**

5ª Emissão de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da  
Oi S.A.

**GDC Partners Serviços Fiduciários DTVM Ltda.**  
AGENTE FIDUCIÁRIO

Abril/2015

## ÍNDICE

<b>CARTA DE APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO</b> .....	<b>3</b>
<b>1. CARACTERÍSTICAS DA EMISSORA</b> .....	<b>4</b>
<b>2. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO</b> .....	<b>4</b>
<b>3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS</b> .....	<b>9</b>
<b>4. POSIÇÃO DAS DEBÊNTURES</b> .....	<b>9</b>
<b>5. EVENTOS 2014</b> .....	<b>9</b>
<b>6. EVENTOS PROGRAMADOS 2015</b> .....	<b>9</b>
<b>7. EVENTOS LEGAIS E SOCIETÁRIOS</b> .....	<b>9</b>
<b>8. AVISO AOS DEBENTURISTAS</b> .....	<b>11</b>
<b>9. ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS</b> .....	<b>11</b>
<b>10. VENCIMENTO ANTECIPADO</b> .....	<b>11</b>
<b>11. DESEMPENHO DA EMISSORA</b> .....	<b>11</b>
<b>12. ANÁLISE DE DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS</b> .....	<b>13</b>
<b>13. COVENANTS FINANCEIROS</b> .....	<b>14</b>
<b>14. DAS INFORMAÇÕES</b> .....	<b>15</b>
<b>15. DECLARAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO</b> .....	<b>16</b>
<b>ANEXO – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2015.

**Aos**  
**Senhores Debenturistas**

À

**OI S.A.**

Rua do Lavradio, nº 71, 2º andar – Centro  
20.230-070 – Rio de Janeiro – RJ

**At.: Sr. Bayard De Paoli Gontijo**  
Diretor Presidente, de Finanças e de Relação com Investidores

À

**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

Rua Sete de Setembro, nº 111, 2º andar - Centro  
20.050-901 – Rio de Janeiro – RJ

**At.:** Superintendência de Registro de Valores Mobiliários – SRE

**Ao**

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida República do Chile, 230, 11º andar  
20031-170 – Rio de Janeiro – RJ

**At.: Gerência de Valores Mobiliários**

À

**BM&FBOVESPA S.A. – BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS**

Rua XV de Novembro, nº 275  
01013-001, São Paulo – SP

**Ao**

**BANCO SANTANDER S.A.**

Na qualidade de agente fiduciário da 5ª Emissão Pública de Debêntures da **OI S.A.**, sucessora dos direitos e obrigações da Telemar Norte Leste S.A., (“Emissão” ou “Debentures”), apresentamos a V. S<sup>as</sup>. o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo ao disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 28, de 23 de novembro de 1983 e na Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações da Quinta Emissão da Oi S.A. (“Escritura”).

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas informações fornecidas pela Emissora, demonstrativos contábeis e controles internos deste Agente Fiduciário.

Informamos, também, que este relatório se encontra à disposição dos investidores na sede da Emissora, na sede do Agente Fiduciário, na sede do Coordenador Líder, na Comissão de Valores Mobiliários, no CETIP e na BM&FBOVESPA.

Atenciosamente,



**GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Avenida Ayrton Senna, nº 3.000, parte 3, bloco Itanhangá, sala 3.105, Barra da Tijuca  
22.775-003 – Rio de Janeiro – RJ

Tel: (21) 2490-4305 / Fax: (21) 2490-3062

Ouvidoria: 0800-022-3062

E-mail: gdc@gdcctvm.com.br

## 1. CARACTERÍSTICAS DA EMISSORA

<b>Denominação Comercial:</b>	Oi S.A., sucessora dos direitos e obrigações da Telemar Norte Leste S.A.
<b>Endereço da Sede:</b>	Rua do Lavradio, nº 71, 2º andar – Centro 20.230-070 – Rio de Janeiro – RJ
<b>Telefone/Fax:</b>	(21) 3131-2918 / (21) 3131-1383.
<b>D.R.I.:</b>	Bayard De Paoli Gontijo.
<b>CNPJ/MF nº:</b>	76.535.764/0001-43.
<b>Situação:</b>	Operacional.
<b>Auditor Independente:</b>	KPMG Auditores Independentes.
<b>Atividade Principal:</b>	Exploração de Serviços de Telecomunicações.

## 2. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

<b>Título:</b>	Debêntures.
<b>Registro CVM nº:</b>	1ª Série: CVM/SRE/DEB/2010/019. 2ª Série: CVM/SRE/DEB/2010/020.
<b>Código ISIN:</b>	1ª Série: BRTMARDBS048. 2ª Série: BRTMARDBS055.
<b>Código do Ativo na CETIP:</b>	1ª Série: TNLE15. 2ª Série: TNLE25.
<b>Rating:</b>	‘Aa2.br’ na escala nacional brasileira, da Moody’s em 28 de agosto de 2014. ‘brAAA’ na escala nacional brasileira, da Standard & Poor’s em 23 de maio de 2014.
<b>Situação da Emissão:</b>	Ativa.

<b>Situação da Emissora:</b>	Adimplente com as obrigações pecuniárias.
<b>Coordenador Líder:</b>	Banco Santander S.A.
<b>Banco Mandatário:</b>	Banco Itaú S.A.
<b>Valor Total da Emissão:</b>	O valor total da emissão é de R\$ 2.250.000.000,00 (dois bilhões, duzentos e cinquenta milhões de reais) em 15 de abril de 2010.
<b>Quantidade de Debêntures:</b>	Foram emitidas 225.000 (duzentas e vinte e cinco mil) debêntures.
<b>Valor Nominal:</b>	As debêntures têm seu valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em 15 de abril de 2010.
<b>Preço Unitário em 31/12/2014:</b>	O preço unitário das Debêntures em 31/12/2014 é de R\$ 13.858,364002, de acordo com nossos cálculos e nossa interpretação dos termos e condições da emissão, não implicando em compromisso de aceitação por qualquer das partes envolvidas.
<b>Número de Séries:</b>	A emissão foi realizada em 2 (duas) séries, sendo que a primeira série foi composta por 175.397 (cento e setenta e cinco mil, trezentas e noventa e sete) debêntures e a segunda série foi composta por 49.603 (quarenta e nove mil, seiscentos e três) debêntures.
<b>Forma:</b>	As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.
<b>Conversibilidade:</b>	As debêntures não são conversíveis em ações.
<b>Espécie:</b>	As debêntures são da espécie quirografária.
<b>Data de Emissão:</b>	Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures é o dia 15 de abril de 2010.
<b>Data de Vencimento:</b>	O prazo das debêntures da primeira série é de 4 (quatro) anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2014, e das debêntures da segunda série é de 10 (dez) anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2020.

<b>Pagamento do Valor Nominal:</b>	O valor nominal das debêntures será pago em 1 (uma) única parcela nas respectivas data de vencimento da primeira série e data de vencimento da segunda série.
<b>Remuneração da Primeira Série:</b>	<p>O valor nominal das debêntures da primeira série não será atualizado.</p> <p>Sobre o valor nominal das debêntures da primeira série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extragrupo, na forma percentual, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet, capitalizada de um <i>spread</i> ou sobretaxa, conforme definido no Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, equivalente a 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i> por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do valor nominal das debêntures da primeira série desde a data de emissão ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.</p>
<b>Pagamento da Remuneração da Primeira Série:</b>	A remuneração da primeira série será paga semestralmente a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2010 e, o último, na data de vencimento da primeira série.
<b>Remuneração da Segunda Série:</b>	<p>O valor nominal das debêntures da segunda série será atualizado, a partir da data de emissão, pela variação do IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE, sendo o produto da atualização da segunda série automaticamente incorporado ao valor nominal das debêntures da segunda série.</p> <p>Sobre o saldo do valor nominal das debêntures da segunda série atualizado pela atualização da segunda série, incidirão juros remuneratórios, conforme definido no Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, correspondentes a 7,98% (sete inteiros e noventa e oito centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i> por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do valor nominal das debêntures da segunda série atualizado pela atualização da segunda série, desde a data de emissão ou a data de vencimento do período de capitalização anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.</p>
<b>Pagamento da Remuneração da Segunda Série:</b>	<p>O valor nominal das debêntures da segunda série acrescido da atualização da segunda série será integralmente pago na data de vencimento da segunda série.</p> <p>A sobretaxa da segunda série será paga anualmente a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2011 e, o último, na data de vencimento da segunda série.</p>
<b>Repactuação:</b>	Não haverá repactuação programada.
<b>Resgate Antecipado Facultativo:</b>	Para as debêntures da primeira série: a partir de 30 de março de 2013, exclusive, as debêntures da primeira série poderão ser resgatadas antecipadamente pela Emissora,

no todo ou em parte, a seu exclusivo critério, mediante o pagamento do seu valor nominal, acrescido de: (i) remuneração da primeira série, calculada desde a data de emissão ou a data de pagamento da remuneração da primeira série imediatamente anterior até a data do seu efetivo pagamento e (ii) um prêmio incidente sobre o saldo devedor das debêntures da primeira série, obtido conforme descrito na Cláusula 6.14 I da Escritura.

Para as debêntures da segunda série: a partir de 14 de abril de 2015, inclusive, as debêntures da segunda série poderão ser resgatas antecipadamente pela Emissora, no todo ou em parte, a seu exclusivo critério. O preço de resgate equivalerá ao maior dos critérios mencionados nos itens (a) e (b) da Cláusula 6.14 II da Escritura e será acrescido da remuneração da segunda série aplicável acumulada, *pro rata temporis*, desde a data de emissão, ou da data de pagamento da remuneração da segunda série imediatamente anterior, até a data de seu efetivo pagamento.

**Aquisição  
Facultativa:**

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação por preço não superior ao valor nominal, acrescido da remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a data de emissão ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado.

**Vencimento  
Antecipado:**

O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do valor nominal das debêntures em circulação, acrescido da remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a data de emissão ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos eventos descritos na Cláusula 6.21 da Escritura.

Eventos de Inadimplemento:

- I. não pagamento, pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou a Escritura na respectiva data de pagamento prevista na Escritura não sanado no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado da data do respectivo vencimento;
- II. pedido de autofalência ou decretação de falência da Emissora;
- III. pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora ou pela Controlada Relevante;
- IV. liquidação ou dissolução da Emissora ou da Controlada Relevante, exceto se a liquidação ou dissolução for resultado exclusivamente da incorporação da Controlada Relevante em qualquer das suas coligadas ou controladoras;
- V. transformação da forma societária da Emissora de sociedade por ações para sociedade limitada ou cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- VI. mudança, direta ou indireta, de controle acionário da Emissora, tal como definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, que resulte na redução de qualquer dos *ratings* da Emissão em pelo menos dois níveis ("*notches*"), em relação aos *ratings* da mesma no momento imediatamente anterior à publicação de fato relevante sobre a alteração de controle;
- VII. exceto se estipulado outro prazo específico na Escritura, descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de comunicação do

- referido descumprimento (a) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Emissora, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro;
- VIII. cancelamento, revogação ou rescisão de quaisquer documentos referentes às Debêntures, sem a observância de seus termos;
- IX. sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexecutabilidade de qualquer documento referente à Emissão;
- X. vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações financeiras da Emissora ou da Controlada Relevante em valor superior a US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos) ou cujos valores, no agregado, excedam a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos), ou o equivalente em outras moedas, valores esses convertidos com base na taxa de venda PTAX800 divulgada pelo Banco Central do Brasil, relativamente ao dia imediatamente anterior à data de ocorrência do evento previsto, ou o índice que vier substituí-la, salvo se, exclusivamente no caso de inadimplemento, o mesmo for sanado em até 15 (quinze) dias contados da data de sua ocorrência;
- XI. falta de cumprimento por parte da Emissora, durante a vigência das Debêntures, das leis, normas e regulamentos, inclusive ambientais, que afetem ou possam afetar de forma adversa e material a capacidade da Emissora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas na Escritura;
- XII. protesto de títulos contra a Emissora ou a Controlada Relevante e que não sejam sanados no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data do protesto e cujos valores individuais sejam superiores a US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) ou cujos valores, no agregado, excedam a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos), ou o equivalente em outras moedas, valores estes calculados conforme o inciso X acima;
- XIII. ocorrência de qualquer sentença transitado em julgado ou laudo arbitral, mandados de penhora ou processos semelhantes que versem sobre o pagamento em dinheiro de valor equivalente ou superior a US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), valor este calculado conforme o inciso X acima Escritura, mencionado acima, contra a Emissora ou a Controlada Relevante ou qualquer de seus bens, sem que haja liberação ou sustação com oferecimento de garantia ou caução em até 30 (trinta) dias contados do respectivo recebimento;
- XIV. (a) revogação, término, apropriação, suspensão, modificação adversa, cancelamento ou a não-renovação das concessões para a prestação de serviços públicos de telecomunicação detidas pela Emissora ou pela Controlada Relevante, cujas receitas representem 20% (vinte por cento) ou mais do EBITDA Consolidado da Companhia referente aos últimos doze meses; ou (b) promulgação de qualquer lei, decreto, ato normativo, portaria ou resolução que resulte na revogação, término, apropriação, suspensão, modificação adversa ou cancelamento das concessões detidas pela Emissora ou pela Controlada Relevante, cujas receitas representem 20% (vinte por cento) ou mais do EBITDA da Emissora, bem como o início de qualquer das hipóteses previstas nas alíneas (a) ou (b) deste inciso, que possa afetar adversamente o cumprimento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão e que não sejam sanadas em um prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que a Emissora tiver ciência da respectiva ocorrência; ou
- XV. Em relação ao exercício de 2014, a não observância pela Emissora dos seguintes índices e limites financeiros ("Índices Financeiros"), conforme apurados trimestralmente, com base nos 12 (doze) meses imediatamente

anteriores cobertos por informações financeiras revisadas e/ou auditadas, em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação à CVM das respectivas informações da Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:

- (a) relação entre Dívida Total da Emissora e EBITDA menor ou igual a 4,0 (quatro), no balanço patrimonial da Emissora (consolidado); ou
- (b) relação entre EBITDA e Serviço da Dívida maior ou igual a 1,75 (um inteiro e setenta e cinco centésimos), no balanço patrimonial da Emissora (consolidado).

### 3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a emissão foram integralmente utilizados para o refinanciamento das parcelas de dívidas vencidas no ano de 2010.

### 4. POSIÇÃO DAS DEBÊNTURES

Em 31/12/2014	Quantidade de Debêntures – 2ª Série
Em circulação:	24.603
Tesouraria:	-

### 5. EVENTOS 2014

DATA	EVENTO
15/04/2014	Liquidação das Debêntures da Primeira Série
15/04/2014	Remuneração das Debêntures da Segunda Série

### 6. EVENTOS PROGRAMADOS 2015

DATA	EVENTO
15/04/2015	Remuneração das Debêntures da Segunda Série (*)

(\*) Evento já liquidado.

### 7. EVENTOS LEGAIS E SOCIETÁRIOS

**AGE – 27/03/2014 – Deliberações:** Dentre outros assuntos constantes da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram: 6.1. por maioria de votos, correspondentes a 88,13% dos votos, registrados as abstenções e os votos contrários, aprovar a proposta do Conselho de Administração da Companhia para a alteração do limite do capital autorizado da Companhia, com a consequente alteração do artigo 6º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 6º - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, em ações ordinárias e preferenciais, até que o valor do seu capital social alcance R\$34.038.701.741,49, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) do capital social de ações sem direito a voto no caso de emissão de novas ações preferenciais sem esse direito”.

**AGO – 30/04/2014 – Deliberações:** Os acionistas deliberaram: 6.1. Com relação ao item i da Ordem do Dia, por maioria de votos, registradas as abstenções e os votos contrários recebidos pela mesa, aprovar o Relatório da

Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2013. 6.2. Em relação ao item ii da Ordem do Dia, aprovar, por maioria de votos, registradas as abstenções e os votos contrários recebidos pela mesa, na forma do parágrafo 1º do artigo 196 da Lei 6/404/76, a proposta de Orçamento de Capital para 2014, no montante de R\$ 4.999.807.358,33 (quatro bilhões, novecentos e noventa e nove milhões, oitocentos e sete mil, trezentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos), dos quais R\$ 1.493.015.161,92 (um bilhão, quatrocentos e noventa e três milhões, quinze mil, cento e sessenta e um reais e noventa e dois centavos) provenientes da reserva de retenção de lucros e R\$ 3.506.792.196,41 (três bilhões, quinhentos e seis milhões, setecentos e noventa e dois mil, cento e noventa e seis reais e quarenta e um centavos) provenientes de recursos próprios/terceiros. 6.3. Em relação ao item iii da Ordem do Dia, em conformidade com a proposta da Administração constante das Demonstrações Financeiras de 2013, por maioria dos votos, registradas as abstenções e os votos contrários recebidos pela mesa, aprovar a proposta de destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2013, no montante de R\$1.493.015.161,92 (um bilhão, quatrocentos e noventa e três milhões, quinze mil, cento e sessenta e um reais e noventa e dois centavos), para constituição de reserva de investimentos, nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, tendo em vista a distribuição de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), a título de dividendos intermediários, à conta de reserva de lucro, que foram imputados aos dividendos obrigatórios. Foi esclarecido que, no encerramento do resultado do exercício de 2013, tais dividendos intermediários superam os dividendos obrigatórios e os dividendos mínimos estatutários. 6.4. Em relação ao item iv da Ordem do Dia, aprovar por maioria dos votos, registradas as abstenções e os votos contrários recebidos pela mesa, a proposta da administração para a fixação de remuneração da Administração para o próximo exercício, na seguinte forma: verba global anual para o Conselho de Administração, no valor de até R\$ 7.865.771,00 (sete milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil e setecentos e setenta e um reais); verba global anual para a Diretoria, no valor de até R\$ 47.627.217,00 (quarenta e sete milhões, seiscentos e vinte e sete mil e duzentos e dezessete reais); e verba global anual para o Conselho Fiscal, no valor de até R\$ 571.918,32 (quinhentos e setenta e um mil, novecentos e dezoito reais e trinta e dois centavos), nos termos do parágrafo 3º do art. 162 da Lei nº 6.404/76. 6.5. Em relação ao item v da Ordem do Dia, registrada a ausência de pedido de eleição em separado, aprovar, por maioria dos votos, registradas as abstenções e os votos contrários recebidos pela mesa, a eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2016: (1) como efetivo, o Sr. José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha, como seu respectivo suplente, Sr. José Augusto da Gama Figueira (2) como efetivo, o Sr. Armando Galhardo Nunes Guerra Junior, como seu respectivo suplente, Sr. Paulo Márcio de Oliveira Monteiro, brasileiro, (3) como efetivo, o Sr. Sergio Franklin Quintella, como seu respectivo suplente, o Sr. Bruno Gonçalves Siqueira (4) como efetivo, o Sr. Renato Torres de Faria, como seu respectivo suplente, Sr. Carlos Fernando Horta Bretas (5) como efetivo, o Sr. Rafael Cardoso Cordeiro, como seu respectivo suplente, Sr. André Sant'Anna Valladares de Andrade (6) como efetivo, o Sr. Alexandre Jereissati Legey, como seu respectivo suplente, Sr. Carlos Francisco Ribeiro Jereissati, (7) como efetivo, o Sr. Carlos Jereissati, como seu respectivo suplente, Sr. Cristina Anne Betts (8) como efetivo, o Sr. Fernando Magalhães Portella, como seu respectivo suplente, Sr. Sérgio Bernstein, (9) como efetivo, o Sr. Cristiano Yazbek Pereira, como seu respectivo suplente, Sr. Erika Jereissati Zullo, (10) como efetivo, o Sr. Shakhaf Wine, como seu respectivo suplente, Sr. Abilio Cesário Lopes Martins, (11) como efetivo, o Sr. Luís Miguel da Fonseca Pacheco de Melo, como seu respectivo suplente, Sr. João Manuel de Mello Franco, (12) como efetivo, o Sr. Fernando Marques dos Santos, como seu respectivo suplente, Sr. Laura Bedeschi Rego de Mattos, (13) como efetivo, o Sr. José Valdir Ribeiro dos Reis, como seu respectivo suplente, Sr. Luciana Freitas Rodrigues, (14) como efetivo, o Sr. Marcelo Almeida de Souza, como seu respectivo suplente, Sr. Ricardo Berretta Pavie, (15) como efetivo, o Sr. Carlos Augusto Borges, como seu respectivo suplente, Sr. Emerson Tetsuo Miyazaki, 6.6. Em relação ao item vi da Ordem do Dia, foi aprovada por maioria dos votos, registrados as abstenções e os votos contrários recebidos pela mesa a eleição dos seguintes membros do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2015: (1) como efetivo, o Sr. Allan Kardec de Melo Ferreira, como seu respectivo suplente, o Sr. Newton Brandão Ferraz Ramos, (2) como efetivo, o Sr. Aparecido Carlos Correia Galdino, como seu respectivo suplente, o Sr. Sidnei Nunes (3) como efetivo, o Sr. Umberto Conti, e, como sua respectiva suplente, a Sra. Carmela Carloni Gaspar, Prosseguindo-se na votação, verificou-se, considerando o disposto artigo 161, §4º, alínea "a", da Lei nº 6.404/76, a eleição, pelos acionistas RHODES FIA, ARGUCIA ENDOWMENT FIM, SPARTA FIA, ARGUCIA INCOME FIA, ARGUCIA CONVEX LONG BIAS FIA, Tempo Capital Principal FIA, Polo Ações FIA, Polo FIA, Polo Norte Master FIM, Vinson Fund LLC, em eleição em separado, do seguinte membro efetivo e respectivo suplente para compor o Conselho Fiscal, abstendo-se a acionista controladora: como efetivo, o Sr. Manuel Jeremias Leite Caldas, e como sua respectiva suplente, a Sra. Vanessa Montes de Moraes, Os acionistas minoritários detentores de ações ordinárias reconhecem que a eleição dos membros do Conselho Fiscal e de seus respectivos suplentes foi realizada sem a participação do acionista controlador, seja de forma direta ou indireta. Não foi registrada indicação por qualquer dos acionistas presentes de outros candidatos. O Presidente registrou o recebimento do currículo dos conselheiros ora eleitos e demais documentos pertinentes. Foi declarado durante as votações que nenhum dos eleitos incorre em impedimentos ou restrições legais para investidura no cargo.

**AGE 18/11/2014 – Deliberações:** Os acionistas deliberaram: 6.1. por maioria de votos, registradas as abstenções e os votos contrários, aprovar a proposta do Conselho de Administração da Companhia de grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia na proporção de 10:1, de forma que cada lote de dez ações de cada espécie seja agrupado em uma única ação da mesma espécie, ordinária ou preferencial. As informações sobre os termos e condições do grupamento aprovado serão divulgadas em Aviso aos Acionistas a ser publicado nos próximos dias. 6.2. por maioria de votos, registradas as abstenções e os votos contrários, aprovar a delegação de poderes à Diretoria da Companhia para implementar todos os atos necessários para a efetivação do grupamento. 6.3. por maioria de votos, registradas as abstenções e os votos contrários, em decorrência do grupamento ora aprovado e de modo a refletir os aumentos de capital e cancelamento de ações aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 28/04/14, 30/04/14, 05/05/14, 18/06/14 e 15/10/14, aprovar a proposta para consolidação do art. 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 5º - O capital social, subscrito, totalmente integralizado, é de R\$ 21.438.220.154,00 (vinte e um bilhões, quatrocentos e trinta e oito milhões, duzentos e vinte mil, cento e cinquenta e quatro reais), representado por 858.472.010 (oitocentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e setenta e duas mil e dez) ações, sendo 286.155.319 (duzentos e oitenta e seis milhões, cento e cinquenta e cinco mil, trezentas e dezenove) ações ordinárias e 572.316.691 (quinhentos e setenta e dois milhões, trezentas e dezesseis mil, seiscentas e noventa e uma) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.” 6.4. por maioria de votos, registradas as abstenções e os votos contrários, aprovar, nos termos da proposta da administração e na forma do art. 150 da Lei das S.A., as seguintes nomeações feitas pelo Conselho de Administração, em reuniões realizadas em 21/05/2014 e 15/10/2014, em razão da vacância de cargos elegendo, em complementação de mandato, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2016: o Sr. Marcos Rocha de Araújo para suplência do Sr. Carlos Augusto Borges; o Sr. Rafael Luís Mora Funes como membro efetivo, o qual terá como seu suplente o Sr. João Manuel de Melo Franco; e o Sr. Pedro Guimarães e Melo de Oliveira Guterres para suplência do Sr. Shakhaf Wine; ficando assim homologadas as nomeações feitas pelo Conselho de Administração.

As cópias com inteiro teor das atas descritas acima se encontram à disposição no Agente Fiduciário e no site <http://www.cvm.gov.br>, assim como as demais atas que não se referem à presente Emissão ou a alterações estatutárias.

## **8. AVISO AOS DEBENTURISTAS**

Durante o exercício de 2014 não foi realizado Aviso aos Debenturistas referente a presente Emissão.

## **9. ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS**

Durante o exercício de 2014 não foi realizada Assembleia de Debenturistas referente a presente Emissão.

## **10. VENCIMENTO ANTECIPADO**

Não tivemos conhecimento acerca da ocorrência de quaisquer dos eventos mencionados na Escritura que pudessem tornar a emissão antecipadamente vencida no exercício de 2014. A Emissora enviou ao Agente Fiduciário declaração de adimplência relativa às obrigações estabelecidas no Termo de Securitização.

## **11. DESEMPENHO DA EMISSORA**

(Fonte: Relatório da Administração / DFP-CVM 31/12/2014)

As iniciativas da Oi e suas empresas controladas visam a alcançar e manter a liderança do mercado e gerar valor para os seus acionistas. Todas essas iniciativas refletem o posicionamento de sua administração, pautado pela agilidade, simplicidade e objetividade.

No ano de 2014, a estratégia da Oi está baseada em quatro principais pilares: (i) Continuar o turnaround operacional, melhorando o controle de COPEX (OPEX+CAPEX) e com compromisso de redução de consumo de caixa; (ii)

Melhorar o perfil do seu balanço patrimonial; (iii) Elevar a governança corporativa ao mais alto nível do Brasil; (iv) Participar no processo de consolidação buscando maximizar a geração de valor ao acionista.

A Companhia encerrou 2014 com 74,5 milhões de unidades geradoras de receita (“UGRs”), sendo 17.463 mil no segmento Residencial, 48.462 mil no segmento de Mobilidade Pessoal e 7.917 no segmento Corporativo / PMEs, além de 653 mil telefones públicos.

A receita líquida consolidada totalizou R\$ 28.247 milhões no ano de 2014. Dos quais R\$ 9.995 milhões são do segmento Residencial, R\$ 9.011 milhões de Mobilidade Pessoal e R\$ 8.311 milhões do Corporativo/PMEs.

Apesar da queda anual da receita líquida, os maiores destaques em 2014 foram (1) os produtos de banda larga e Oi TV, que atenuaram a queda da receita da fixa e contribuíram para o aumento de residências com pacotes convergentes alavancando o ARPU e fidelizando a base do segmento Residencial; e (2) o crescimento da receita da Mobilidade Pessoal impulsionada pelos serviços de dados e pelos maiores volumes de recargas.

Os custos e despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização) totalizaram R\$ 18.037 milhões em 2014, sendo os principais custos: R\$ 6.259 milhões com serviços de terceiros, R\$ 3.120 milhões com aluguéis e seguros, R\$ 2.829 milhões com pessoal, R\$ 2.690 milhões com custos de interconexão, e R\$ 1.923 milhões em serviço de manutenção da rede. Os custos operacionais de 2014 também foram impactados por custos não-recorrentes, no valor de R\$ 3.246 milhões.

O EBITDA da Companhia totalizou em 2014 R\$ 10.210 milhões com uma margem de 36,1%, um aumento de 6,7% em relação a 2013 devido a elevação da receita não-recorrente. O prejuízo líquido anual registrou R\$ 4.406 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2014, devido majoritariamente ao resultado das operações descontinuadas.

A dívida bruta consolidada da Companhia encerrou o ano de 2014 em R\$ 33.295 bilhões, uma redução de 3,1% em relação ao ano de 2013. Os principais eventos de captação ocorridos até dezembro de 2014 foram os seguintes: desembolsos de ECAs com vistas ao financiamento de investimentos – ONDD (US\$ 97 milhões) e EDC (US\$ 104 milhões), linha de crédito rotativo através de Cédula de Crédito Bancário (CCB) no valor total de R\$ 1.300 milhões, além da captação junto ao BNDES no valor total de R\$ 836 milhões.

Cabe ressaltar que os Conselhos da Oi S.A. e da Portugal Telecom SGPS aprovaram a venda da Portugal Telecom à francesa Altice. Em decorrência deste fato, portanto, até que seja concluída a venda, os ativos e passivos da PT Portugal são classificados como Ativos Mantidos para Venda e Passivos Associados a Ativos Mantidos a Venda, respectivamente, não fazendo parte da dívida consolidada da Oi em 31 de dezembro de 2014.

A parcela da dívida em moeda estrangeira representava 44,4% do total da dívida ao final do ano de 2014, com praticamente nenhuma exposição às flutuações cambiais (abaixo de 0,1%). O prazo médio da dívida se manteve estável em 4,0 anos ao final de dezembro de 2014.

A Oi S.A. encerrou o trimestre com saldo de caixa de R\$ 2.732 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$ 30.563 milhões, uma redução de 2,5% em relação ao ano de 2013.

A Companhia calcula a dívida líquida como sendo o saldo de empréstimos e financiamentos, que considera o saldo de instrumentos financeiros derivativos e debêntures (convertíveis e não convertíveis), deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da Companhia.

A dívida líquida não é uma medida segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, pelo IFRS ou pelo USGAAP, no entanto a Administração da Companhia entende que a medição da dívida líquida é útil tanto para Companhia quanto para os investidores e analistas financeiros, na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

Os investimentos realizados ao longo de 2014 totalizaram R\$ 5.074 milhões, um decréscimo de 18,8% em relação ao ano de 2013, demonstrando a disciplina financeira que a Companhia vem perseguindo para a racionalização da aplicação de seus recursos, utilizando análises mais granulares, priorização de investimentos e novos modelos de contratação de fornecedores.

No ano de 2014, a Companhia investiu 79,4% do montante total representando R\$ 4,0 bilhões distribuído principalmente na (i) melhoria da qualidade da rede móvel 3G, (ii) melhoria da rede fixa para o serviço de banda larga,

(iii) otimização da plataforma do produto Oi TV, (iv) implantação e expansão da rede 4G, e (v) infraestrutura necessária para atendimento a Copa do Mundo.

## 12. ANÁLISE DE DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

O Endividamento Geral da Emissora em 2014 ficou em 65,15%, representando uma queda de 9,60 pontos percentuais (p.p.) em relação a 2013 (74,75%). A sua dívida de curto prazo apresentou queda, visto que a Composição do Endividamento caiu de 21,27% em 2013 para 18,68% em 2014. O Grau de Imobilização do Patrimônio Líquido caiu para 140,44% em 2014, queda de 77,25 p.p. em comparação ao ano anterior (217,68%). O Grau de Imobilização de recursos não correntes em 2014 (55,72%) foi inferior em relação ao no de 2013 em 9,64 p.p. No Passivo Oneroso sobre Ativo a baixa foi de 3,94 p.p.

No que se refere aos indicadores de liquidez da Emissora, em 2014 foi identificada uma baixa de 0,43 p.p na Liquidez Imediata da Emissora (0,06). Considerando o estoque, tanto a Liquidez Corrente como a Liquidez Seca apresentaram alta de 67,62 p.p. e 67,63 p.p., respectivamente, entre 2013 e 2014. A Liquidez Geral apontou baixa de 102,57 p.p., ficando em 0,31.

A Emissora encerrou o exercício de 2014 com uma Receita Operacional Líquida de R\$ 6.531.101Mil, queda de 5,12% em relação ao ano anterior (R\$ 6.883.370 Mil). O Lucro Bruto foi de R\$ 3.670.436Mil, 2,57% maior que em 2013 (R\$ 3.578.506Mil). A Margem Bruta ficou em 56,20%. O Lucro Líquido apurado em 2014 foi de R\$ (4.407.711)Mil, inferior ao registrado no ano de 2013 em 395,22%. A Margem Líquida ficou em (67,49%). A Margem Operacional foi de 43,23%, baixa de 12,43 p.p. em comparação ao ano anterior.

A Rentabilidade do Patrimônio Líquido apontou baixa de 37,71 p.p. em relação ao ano de 2013 (12,96%), ficando em (24,76)%. A Rentabilidade de Investimentos ficou em (8,63)%, queda de 11,90 p.p. O Giro do Ativo apresentou baixa de 2,30 p.p. em 2014, ficando em 12,79%.

<b>INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS</b>		
<b>Índices de Estrutura de Capital</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Endividamento Geral	65,15%	74,75%
Composição do Endividamento	18,68%	21,27%
Imobilização do Patrimônio Líquido	140,44%	217,68%
Imobilização de recursos não correntes	55,72%	65,37%
Passivo Oneroso sobre o Ativo	48,24%	52,18%
<b>Índices de Liquidez</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Liquidez Imediata	0,06	0,07
Liquidez Corrente	1,67	1,00
Liquidez Seca	1,67	0,99
Liquidez Geral	0,31	1,34
<b>Índices de Rentabilidade</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	-24,76%	12,96%
Rentabilidade de Investimentos	-8,63%	3,27%
Giro do Ativo	12,79%	15,08%
Margem Bruta	56,20%	51,99%
Margem Operacional	43,23%	55,66%
Margem Líquida	-67,49%	21,69%

Com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas, o Endividamento Geral em 2014 ficou em 81,21%, representando uma baixa de 2,35 pontos percentuais (p.p.) em relação a 2013 (83,56%). A sua dívida de curto prazo apresentou alta, visto que a Composição do Endividamento avançou de 26,53% em

2013 para 50,98% em 2014. O Grau de Imobilização do Patrimônio Líquido regrediu para 137,65% em 2014, baixa de 248,89 p.p. em comparação ao ano anterior (386,54%). O Grau de Imobilização de recursos não correntes em 2014 (48,99%) foi inferior em relação ao no de 2013 em 3,94p.p. No Passivo Oneroso sobre Ativo a baixa foi de 16,27 p.p.

No que se refere aos indicadores de liquidez consolidados, em 2014 foi identificada uma queda de 12,61 p.p na Liquidez Imediata da Emissora (0,06). Considerando o estoque, a Liquidez Corrente e a Liquidez Seca apresentaram alta de 2,00 p.p e 3,66 p.p. entre 2013 e 2014, respectivamente. A Liquidez Geral apontou baixa de 35,86 p.p., ficando em 1,13.

A Emissora encerrou o exercício de 2014 com uma Receita Operacional Líquida de R\$ 28.247.099Mil, baixa de 0,62% em relação ao ano anterior (R\$ 28.422.147 Mil). Na mesma trajetória o Lucro Bruto foi de R\$ 13.017.497Mil, 1,10% menor que em 2013 (R\$ 13.162.932Mil). A Margem Bruta ficou em 46,08%. O Lucro Líquido apurado em 2014 foi R\$ 4.406.421Mil, inferior ao registrado no ano de 2013 em 395,14%. A Margem Líquida ficou negativa em 15,60%. A Margem Operacional foi de 20,09%, alta de 1,49 p.p. em comparação ao ano anterior.

A Rentabilidade do Patrimônio Líquido apontou baixa de 40,54 p.p. em relação ao ano de 2013 19,98%, ficando negativo em 20,55%. A Rentabilidade de Investimentos ficou negativa em 4,29%, queda de 6,42 p.p. O Giro do Ativo apresentou baixa de 13,07 p.p. em 2014, ficando em 27,48%.

<b>INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS (CONSOLIDADO)</b>		
<b>Índices de Estrutura de Capital</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Endividamento Geral	81,21%	83,56%
Composição do Endividamento	50,98%	26,53%
Imobilização do Patrimônio Líquido	137,65%	386,54%
Imobilização de recursos não correntes	48,99%	52,94%
Passivo Oneroso sobre o Ativo	34,88%	51,15%
<b>Índices de Liquidez</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Liquidez Imediata	0,06	0,19
Liquidez Corrente	1,16	1,14
Liquidez Seca	1,15	1,11
Liquidez Geral	1,13	1,48
<b>Índices de Rentabilidade</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	-20,55%	19,98%
Rentabilidade de Investimentos	-4,29%	2,13%
Giro do Ativo	27,48%	40,55%
Margem Bruta	46,08%	46,31%
Margem Operacional	20,09%	18,60%
Margem Líquida	-15,60%	5,25%

### **13. COVENANTS FINANCEIROS**

Índices e limites financeiros, conforme apurados trimestralmente, com base nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores cobertos por informações financeiras revisadas e/ou auditadas:

- a) Relação entre Dívida Total da Companhia e EBITDA menor ou igual a 4,5 (quatro e meio), no balanço patrimonial da Companhia (consolidado);

- b) Relação entre EBITDA e Serviço da Dívida maior ou igual a 1,75 (um inteiro e setenta e cinco centésimos), no balanço patrimonial da Companhia (consolidado).

De acordo com os nossos cálculos e nossa interpretação das cláusulas e termos da Escritura, sem implicar em compromisso de aceitação por qualquer das partes envolvidas na operação, informamos os seguintes valores:

<b>COVENANTS FINANCEIROS (Reais Mil)</b>	
	<b>2014</b>
Dívida Total	33.295
EBITDA	10.361
Serviços da Dívida	2.934
Dívida Total / EBITDA	3,21
EBITDA / Serviços da Dívida	3,53

Para o cálculo desses limites, valem as seguintes definições:

“Dívida Total” significa o Endividamento Oneroso total da Companhia;

“EBITDA” significa, para os quatro últimos e consecutivos trimestres fiscais da Companhia, cada qual um "período contábil", o somatório (sem qualquer duplicidade) (i) do resultado operacional para determinado período contábil (ajustado pelos ganhos ou perdas extraordinários); (ii) dos seguintes fatores deduzidos para fins de determinação do resultado operacional: (1) depreciação e amortização consolidados ocorridos naquele mesmo período contábil; (2) receitas financeiras provenientes de outras atividades inerentes ao seu negócio, quer seja: o lucro operacional antes das despesas financeiras, impostos, depreciações e amortizações, conforme demonstrações financeiras consolidadas da Companhia;

“Serviço da Dívida” significa a soma dos juros da Dívida Total pagos nos quatro últimos e consecutivos trimestres fiscais. Estão excluídas deste cálculo as variações cambiais e monetárias sobre dívidas e caixa e, por fim, as despesas oriundas de provisões (que não tiveram impacto no fluxo de caixa da Companhia, mas apenas registro contábil);

“Endividamento Oneroso” significa o somatório do saldo de Empréstimos e Financiamentos, de Debêntures, de Notas Promissórias (*Commercial Papers*), de instrumentos derivativos e de títulos emitidos no mercado internacional (*Bonds*, *Eurobonds*), registrados no passivo circulante e no exigível a longo prazo do balanço consolidado da Companhia.

## 14. DAS INFORMAÇÕES

O Agente Fiduciário não tem conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contidas nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve atualizado seu registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM no exercício de 2014. A Emissora enviou ao Agente Fiduciário declaração de adimplência relativa à prestação obrigatória de informações.

O Agente Fiduciário informa que também atuou como agente fiduciário no exercício de 2014 na 10ª Emissão de Debêntures da Emissora, com as seguintes características:

- (a) Valor da Emissão: R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais).
- (b) Quantidade de Debêntures emitidas: 150.000 (cento e cinquenta mil).
- (c) Espécie: Quirografária.
- (d) Prazo de Vencimento das Debêntures: 06 anos, com vencimento em 28/03/2019.
- (e) Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não há garantias.
- (f) Eventos de resgate, repactuação, amortização, conversão, e inadimplemento no período: não houve.

## 15. DECLARAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

O Agente Fiduciário declara que se encontra plenamente apto a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da **OI S.A.**, sucessora da **TELEMAR NORTE LESTE S.A.**, de acordo com o disposto no artigo 68, § 1º, alínea “b” da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e no artigo 12, inciso XVII, alínea “1” da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2015.



**GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Avenida Ayrton Senna, nº 3.000, parte 3, bloco Itanhangá, sala 3.105, Barra da Tijuca

22.775-003 – Rio de Janeiro – RJ

Tel: (21) 2490-4305 / Fax: (21) 2490-3062

Ouvidoria: 0800-022-3062

E-mail: [gdc@gdcdtvm.com.br](mailto:gdc@gdcdtvm.com.br)

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao  
Conselho de Administração e Acionistas da  
Oi S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Oi S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Oi S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela

data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

## **Ênfases**

### **Investimento na Unitel**

O valor do investimento na Unitel, S.A., de R\$ 4.157 milhões em 31 de dezembro de 2014, o qual inclui os dividendos a receber desta entidade no montante de R\$ 944 milhões, foi determinado pela Administração com base em avaliação econômica e financeira efetuada de forma a refletir a melhor estimativa do seu valor justo. Chamamos a atenção para as incertezas divulgadas nas Notas Explicativas nº 1 e nº 28 às demonstrações financeiras uma vez que o valor de realização do referido investimento depende da concretização dos pressupostos assumidos na mencionada avaliação e quanto as condições de venda da participação na Unitel. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Operações descontinuadas**

Chamamos à atenção para a Nota Explicativa nº 28 às demonstrações financeiras, a qual descreve a conclusão da aprovação do Conselho de Administração da Oi S.A. dos termos e condições gerais para a venda da totalidade das ações da PT Portugal, SGPS, S.A. à Altice Portugal, S.A., uma subsidiária detida pela Altice, S.A. Esta decisão foi posteriormente aprovada em 22 de janeiro de 2015, em assembleia geral dos acionistas da Portugal Telecom, SGPS, S.A., sendo que a eficácia do contrato depende ainda da obtenção das autorizações concorrenciais necessárias, na forma da lei aplicável. Neste sentido, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas uma perda por ajuste a valor justo, como operações descontinuadas, o montante de R\$ 4.164 milhões. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### ***Demonstrações do valor adicionado***

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Luiz de Souza Gurgel  
Contador CRC RJ-087339/O-4

# Oi S.A. e sociedades controladas

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	8	354.084	442.016	2.449.206	2.424.830
Aplicações financeiras	8	24.437	31.113	171.415	492.510
Instrumentos financeiros derivativos	18	141.096	283.071	340.558	452.234
Créditos com partes relacionadas	26	2.444.054			
Contas a receber	9	1.978.558	1.844.012	7.450.040	7.096.679
Estoques		28.347	26.278	478.499	432.633
Tributos correntes a recuperar	10	219.681	73.115	1.097.189	907.140
Outros tributos	11	247.507	569.079	1.054.255	1.474.408
Depósitos e bloqueios judiciais	12	881.595	1.070.693	1.133.639	1.316.252
Dividendos e juros sobre o capital próprio	26	854.231	673.508		
Outros valores a receber	28(d)		1.775.691		1.775.691
Ativo relacionado aos fundos de pensão	24	1.623	8.757	1.744	9.596
Despesas antecipadas		27.040	29.042	301.181	399.062
Ativos mantidos para venda	28	2.821.322	24.508	33.926.592	242.040
Demais ativos		390.329	389.141	882.477	906.103
		<u>10.413.904</u>	<u>7.240.024</u>	<u>49.286.795</u>	<u>17.929.178</u>
<b>Não circulante</b>					
Créditos com partes relacionadas	26	707.802	228.269		
Aplicações financeiras	8	18.465	16.882	111.285	99.129
Instrumentos financeiros derivativos	18	2.114.364	1.073.000	2.880.923	1.620.945
Tributos diferidos a recuperar	10	4.381.261	4.318.604	7.625.772	8.274.432
Outros tributos	11	198.768	245.987	741.911	890.835
Ativo financeiro disponível para venda	3				914.216
Depósitos e bloqueios judiciais	12	7.886.194	7.068.920	12.260.028	11.050.936
Ativo relacionado aos fundos de pensão	24	42.149	58.329	45.752	60.197
Despesas antecipadas		20.412	30.044	104.398	145.506
Demais ativos		298.958	267.245	222.843	231.280
Investimentos	13	19.186.213	19.437.617	148.411	173.640
Imobilizado	14	5.575.321	5.398.725	25.670.026	24.786.286
Intangível	15	239.831	249.874	3.690.978	3.919.491
		<u>40.669.738</u>	<u>38.393.496</u>	<u>53.502.327</u>	<u>52.166.893</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>51.083.642</u>	<u>45.633.520</u>	<u>102.789.122</u>	<u>70.096.071</u>

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
<b>Circulante</b>					
Salários, encargos sociais e benefícios		203.686	198.107	744.439	650.982
Fornecedores	16	1.397.610	1.659.794	4.336.566	4.732.174
Empréstimos e financiamentos	17	1.901.051	2.288.654	4.463.728	4.158.708
Instrumentos financeiros derivativos	18	444.106	309.532	523.951	409.851
Tributos correntes a recolher	10	71.877	67.424	477.282	432.317
Outros tributos	11	810.513	1.179.803	1.667.599	2.112.598
Dividendos e juros sobre o capital próprio		181.477	220.168	185.138	230.721
Autorizações e concessões a pagar	19	40.052		675.965	457.173
Programa de refinanciamento fiscal	20	52.590	52.838	94.041	100.302
Provisões	21	637.244	770.294	1.058.521	1.223.526
Provisões para fundos de pensão	24	129.401	184.075	129.662	184.295
Passivos associados a ativos mantidos para venda	28			27.178.221	
Demais obrigações	22	347.650	325.365	1.021.719	847.810
		<u>6.217.257</u>	<u>7.256.054</u>	<u>42.556.832</u>	<u>15.540.457</u>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	17	22.740.381	21.522.772	31.385.667	31.694.918
Instrumentos financeiros derivativos	18	127.730	93.524	142.971	156.800
Outros tributos	11	88.613	609.618	874.727	1.747.012
Autorizações e concessões a pagar	19			685.975	1.027.234
Programa de refinanciamento fiscal	20	467.327	517.063	896.189	1.020.002
Provisões	21	2.304.828	2.661.458	4.073.247	4.392.791
Provisões para fundos de pensão	24	346.789	458.988	346.873	459.267
Demais obrigações	22	988.425	989.905	2.515.152	2.533.452
		<u>27.064.093</u>	<u>26.853.328</u>	<u>40.920.801</u>	<u>43.031.476</u>
<b>Patrimônio líquido</b>	23				
Capital		21.438.220	7.471.209	21.438.220	7.471.209
Custo de emissão de ações		(309.592)	(56.547)	(309.592)	(56.547)
Reservas de capital		3.977.623	3.977.623	3.977.623	3.977.623
Reservas de lucro		1.933.354	2.323.992	1.933.354	2.323.992
Obrigações em instrumentos patrimoniais		(2.894.619)		(2.894.619)	
Ações em tesouraria		(2.367.552)	(2.104.524)	(2.367.552)	(2.104.524)
Outros resultados abrangentes		45.126	(91.531)	45.126	(91.531)
Variação de porcentagem de participação		3.916	3.916	3.916	3.916
Prejuízos acumulados		(4.024.184)		(4.024.184)	
		<u>17.802.292</u>	<u>11.524.138</u>	<u>17.802.292</u>	<u>11.524.138</u>
Participação dos não controladores				1.509.197	
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>17.802.292</u>	<u>11.524.138</u>	<u>19.311.489</u>	<u>11.524.138</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>51.083.642</u>	<u>45.633.520</u>	<u>102.789.122</u>	<u>70.096.071</u>

# Oi S.A. e sociedades controladas

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
<b>Operações continuadas</b>					
Receitas de vendas e/ou serviços	4 e 5	6.531.101	6.883.370	28.247.099	28.422.147
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	5	(2.860.665)	(3.304.864)	(15.229.602)	(15.259.215)
<b>Lucro bruto</b>		<b>3.670.436</b>	<b>3.578.506</b>	<b>13.017.497</b>	<b>13.162.932</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Resultado de equivalência patrimonial	5 e 13	1.359.550	1.063.185	(5.881)	(17.750)
Despesas com vendas	5	(1.311.597)	(1.320.752)	(5.611.772)	(5.571.891)
Despesas gerais e administrativas	5	(1.247.489)	(1.271.104)	(3.751.410)	(3.581.544)
Outras receitas operacionais	5	966.668	2.156.750	4.466.914	3.193.024
Outras despesas operacionais	5	(613.893)	(374.986)	(2.440.710)	(1.898.154)
		(846.761)	253.093	(7.342.859)	(7.876.315)
<b>Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos</b>		<b>2.823.675</b>	<b>3.831.599</b>	<b>5.674.638</b>	<b>5.286.617</b>
Receitas financeiras	5 e 6	840.628	543.404	1.344.767	1.375.217
Despesas financeiras	5 e 6	(3.722.218)	(2.904.087)	(5.891.332)	(4.649.665)
<b>Resultado financeiro</b>	5 e 6	<b>(2.881.590)</b>	<b>(2.360.683)</b>	<b>(4.546.565)</b>	<b>(3.274.448)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes das tributações</b>		<b>(57.915)</b>	<b>1.470.916</b>	<b>1.128.073</b>	<b>2.012.169</b>
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	7	(11.970)	62.115	(622.001)	(418.498)
Diferido	7	76.713	(40.016)	(497.954)	(100.656)
<b>Lucro líquido das operações continuadas</b>		<b>6.828</b>	<b>1.493.015</b>	<b>8.118</b>	<b>1.493.015</b>
<b>Operações descontinuadas</b>					
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)	28	(4.414.539)		(4.414.539)	
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>(4.407.711)</b>	<b>1.493.015</b>	<b>(4.406.421)</b>	<b>1.493.015</b>
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores		(4.407.711)	1.493.015	(4.407.711)	1.493.015
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores				1.290	
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação:	23(i)				
Ações ordinárias – básicas e diluídas (R\$)		(7,15)	9,10	(7,15)	9,10
Ações preferenciais – básicas e diluídas (R\$)		(7,15)	9,10	(7,15)	9,10
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação – Operações continuadas:	23(i)				
Ações ordinárias – básicas e diluídas (R\$)		0,01	9,10	0,01	9,10
Ações preferenciais – básicas e diluídas (R\$)		0,01	9,10	0,01	9,10

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.